

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
EM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da EM Participações S.A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EM Participações S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante		735	3.608
Caixa e equivalentes de caixa	5	66	5
Aplicações financeiras	6	10	71
Tributos a compensar	7	12	17
Dividendos a receber	8	647	3.515
Não circulante		390.171	333.386
Realizável a longo prazo		6	6
Depósitos judiciais		6	6
Investimentos		390.165	333.380
Participações em controladas em conjunto	8	390.165	333.380
Total do ativo		<u>390.906</u>	<u>335.548</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		4	-
Contas a pagar		4	-
Patrimônio líquido	9	390.902	336.994
Capital social		100.440	95.644
Adiantamento para futuro aumento de capital		27	27
Reserva de capital - Reflexa		17.135	17.130
Reserva de lucros		106.349	109.366
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas		167.127	115.016
Transações de capital de controladas		(176)	(189)
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>390.906</u>	<u>336.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A
 Demonstrações do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações)

	Notas	2024	2023
Resultado operacional		7.020	12.617
Resultado de equivalência patrimonial	8	7.020	12.617
Outras receitas (despesas) operacionais		(30)	(21)
Despesas gerais e administrativas	10	(30)	(20)
Despesas tributárias	11	-	(2)
Outras receitas operacionais		-	1
Resultado financeiro, líquido	12	5	(18)
Receitas financeiras		5	47
Despesas financeiras		-	(65)
Lucro líquido do exercício		6.995	12.578
Quantidade de ações do capital social		9.152.399	9.152.399
Lucro líquido por ação do capital social em reais - R\$		0,77	1,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro Líquido do exercício	<u>6.995</u>	<u>12.578</u>
Outros resultados abrangentes	<u>52.129</u>	<u>(7.522)</u>
Ajuste patrimonial de títulos disponível para venda reflexo de controladas	52.111	(7.522)
Reserva de Capital - Reflexa	5	-
Ágio e deságio em transação de capital de controladas	13	-
Resultado abrangente do exercício	<u>59.124</u>	<u>5.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital reflexa	Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	Ágio e deságio em transações de Capital	Lucros acumulados	Total
				legal	lucros a realizar	estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.108	27	17.130	881	3.698	99.299	122.538	(189)	-	334.492
Aumento de capital (nota 9 a)	4.536	-	-	(881)	-	(3.655)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	12.578	12.578
Ajuste reflexo de avaliação patrimonial de controladas	-	-	-	-	-	-	(7.522)	-	-	(7.522)
Ágio e deságio em transações de capital	-	-	-	-	(2.554)	-	-	-	-	(2.554)
Dividendos pagos (nota 9 e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	629	-	-	-	-	(629)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	2.987	-	-	-	(2.987)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	8.962	-	-	(8.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	95.644	27	17.130	629	4.131	104.606	115.016	(189)	-	336.994
Aumento de capital (nota 9 a)	4.796	-	-	(629)	-	(4.167)	-	-	-	-
Reserva de capital reflexa em Controladas	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.995	6.995
Ajuste reflexo de avaliação patrimonial de controladas	-	-	-	-	-	-	52.111	-	-	52.111
Ágio e deságio em transações de capital de controladas	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13
Dividendos pagos (nota 9 e)	-	-	-	-	(4.131)	(1.085)	-	-	-	(5.216)
Destinação do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	350	-	-	-	-	(350)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	1.661	-	-	-	(1.661)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	4.984	-	-	(4.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	100.440	27	17.135	350	1.661	104.338	167.127	(176)	-	390.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.995	12.578
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Resultado de equivalência patrimonial	(7.020)	(12.617)
Juros e variações monetárias	(1)	60
Resultado ajustado	(26)	21
Aplicações financeiras	61	342
Tributos a compensar	6	73
Contas a pagar	4	(2)
Impostos e contribuições sociais a pagar	-	(19)
Outras obrigações	-	(2)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	45	413
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Dividendos recebidos	5.267	3.115
Compra de ações de controladas	(35)	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de investimentos	5.232	3.115
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Pagamento de dividendos	(5.216)	(2.554)
Juros sobre capital próprio	-	(1.098)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de financiamentos	(5.216)	(3.652)
Aumento (Redução) líquido(a) de Caixa e equivalentes de caixa	61	(124)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	129
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	66	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

A EM Participações S.A. (“Companhia” ou “EM”), constituída em 16 de maio de 2005, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de empresas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 26 de março de 2025.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 - Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia, são apresentadas em Reais (“moeda funcional”).

3- Políticas contábeis materiais

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 - Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício.

3.3 - Investimentos

Os investimentos em empresas controladas em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2).

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento nas controladas em conjunto é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. A participação societária nas controladas em conjunto são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

As demonstrações contábeis das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Os demais investimentos permanentes, quando existentes, são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização.

3.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas com imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes. Estão reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5 - Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.6 - Distribuição de dividendos

A distribuição de resultados para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, quando assim deliberado pelos acionistas.

O estatuto social estabelece que os lucros apurados anualmente, através de deliberação dos acionistas, poderão ser: (i) distribuídos integralmente, (ii) retidos em contas de reservas de lucros específica ou (iii) capitalizados, sendo certo que aos acionistas será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

3.7 - Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.
das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.
Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo.

4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
 Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A EM Participações S.A utiliza certas premissas para fazer suas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está contemplada abaixo.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos no País	66	5
	<u>66</u>	<u>5</u>

6 - Aplicações financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Certificado de depósito bancário	10	71
	<u>10</u>	<u>71</u>

Certificado de depósito bancário pós fixado atrelado ao CDI, com vencimento em 24/08/2026

7 - Tributos a compensar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ a compensar	3	8
CSLL a compensar	9	9
	<u>12</u>	<u>17</u>

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 - Investimentos - participação em coligadas

	Participações Industriais do Nordeste S/A		PIN Petroquímica Aleutas S/A		Bahia Holding S/A	
		Participações S/A		Aleutas S/A		2024
Informações relevantes em 31 de dezembro de 2024						
Quantidade de ações possuídas	15.736	8.455	8.381	11.832		
Participação - %	9,9982%	10,0404%	13,3032%	10,5606%		
Participação com base nas ações em circulação - %	10,1329%	11,1753%	14,9749%	12,0061%		
Capital social	628.204	152.037	136.644	166.585		
Patrimônio líquido ajustado	2.610.984	612.984	154.361	283.011		
Lucro do exercício	22.420	12.658	(10.448)	13.718		
Evolução dos investimentos						
No início do exercício	215.700	62.837	21.342	33.501	333.380	333.333
Resultado de equivalência patrimonial	2.272	1.415	(1.565)	1.647	3.769	12.677
Resultado de equivalência patrimonial de exercícios anteriores	-	-	3.316	-	3.316	(60)
Diferencial de participação por compras de ações em tesouraria	(31)	(3)	4	(35)	(65)	(59)
Compra de ações	25	6	2	2	35	-
Dividendos a receber	(647)	-	-	-	(647)	(3.515)
Dividendos recebidos	-	(559)	-	(1.193)	(1.752)	(1.533)
Reserva de capital reflexa	5	-	-	-	5	-
Ágio e deságio em transações de capital	10	2	-	1	13	-
Ajustes de avaliação patrimonial	47.234	4.805	16	56	52.111	(7.522)
No fim do exercício	264.568	68.503	23.115	33.979	390.165	333.321

9 - Patrimônio Líquido

(a) Capital social

É representado, por R\$ 95.644 dividido em 9.152.393 ações ordinárias e 6 ações preferenciais, de valor igual, totalmente integralizadas e pertencentes a domiciliados no País.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de 2024, foi aprovado o aumento de capital da Companhia sem emissão de novas ações, com a integralização do excesso de reserva de lucros no montante de R\$ 4.796 (28 de abril de 2023 - R\$ 4.536).

(b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir os limites fixados na legislação societária.

(c) Reserva de lucros a realizar

Constituída para evidenciar a parcela de lucros, provenientes do resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, ainda não realizada financeiramente.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Reserva estatutária

Constituída com a totalidade do lucro remanescente após o pagamento de dividendos e das demais destinações, não podendo ultrapassar o capital social, e é destinada a assegurar investimentos em bens do ativo permanente e reforçar o capital de giro da Companhia.

(e) Remuneração dos acionistas

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Em 2024 a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 5.216 (2023 - R\$ 2.554).

(f) Dividendos e apropriações dos lucros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	6.995	12.578
Constituição de reserva legal, limitada a 20% do capital social (5%)	<u>350</u>	<u>629</u>
Lucro líquido após destinação da reserva legal	6.645	11.949
Dividendo mínimo obrigatório de 25 % sobre resultado não realizado, destinados para reserva de lucros a realizar	1.661	2.987

10 - Despesas gerais e administrativas por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços de auditoria	(15)	(8)
Despesa com taxas	(9)	(10)
Despesas com publicação	(5)	(2)
Despesas cartorárias	(1)	-
	<u>(30)</u>	<u>(20)</u>

11 - Despesas tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
COFINS sobre demais receitas	-	(2)
PIS sobre demais receitas	-	-
	<u>-</u>	<u>(2)</u>

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 - Resultado financeiro, líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita financeira		
Rentabilidade sobre aplicação financeira	4	42
Variação monetária sobre impostos federais	<u>1</u>	<u>5</u>
Total de receitas financeiras	<u>5</u>	<u>47</u>
Despesa financeira		
Variação monetária sobre jcp a pagar	-	(65)
Total das despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(65)</u>
Total do resultado financeiro, líquido	<u>5</u>	<u>(18)</u>

13 - Provisão para contingências

Atualmente, a Companhia não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis.

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros

14.1 Gerenciamento de riscos

A EM Participações S.A está exposta aos riscos decorrentes de suas operações e considera como mais relevantes os riscos de mercado, de crédito, e de liquidez. O objetivo do gerenciamento de riscos é proteger a Companhia em relação à variação de preço de moeda, câmbio e juros. Esses riscos podem ser gerenciados através da utilização de instrumentos financeiros para proteção disponíveis no mercado financeiro, tais como: swaps e contratos futuros de taxas de juros; termos, contratos futuros e opções de moeda; e termos, swap, contratos futuros e opções de mercadorias. As operações executadas no mercado de balcão são contratadas por meio de bancos nacionais e internacionais classificados como de baixo risco.

14.2 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

As atividades da EM Participações S.A a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, podendo se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando julgar necessário.

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a EM Participações S.A não possui ativos ou passivos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda, não reconhecida, decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada levando em consideração as obrigações financeiras de curto prazo da EM. Essa previsão leva em consideração os fluxos de pagamento de dívidas, e se aplicável, o cumprimento de cláusulas restritivas e, se aplicável e exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa é investido em aplicações com alta liquidez, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data das demonstrações contábeis, a Companhia mantinha suas aplicações em fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata.

14.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

14.4 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 48/IFRS 9 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços): nível 2.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis): nível 3.

A tabela abaixo apresenta os ativos mensurados pelo valor justo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Caixa e equivalente de caixa	66	5
Aplicação Financeira	10	71
	<u>76</u>	<u>76</u>

15 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

Diretores:

Eduardo Mariani Bittencourt - Diretor Presidente

Cristiana Dreux Mariani - Diretora

Estela Dreux Mariani - Diretora

Marcos Dreux Mariani - Diretor

Maria Leticia Dreux Mariani - Diretora

Contadora

Analú Ferreira de Almeida

CRC-RJ 109.694/O-5